



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Fazendário

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A prática da atenção é a primeira técnica para a concentração.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões objetivas, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e os espaços para os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5 baseie-se no texto abaixo.

A corrida armamentista do consumo

Imagine uma corrida em que os contendores se afastam cada vez mais do objetivo pelo qual competem. A corrida armamentista tem dinâmica e propriedades conhecidas: um país decide se armar; os países vizinhos sentem-se vulneráveis e decidem fazer o mesmo a fim de não ficarem defasados; sua reação, porém, deflagra uma nova rodada de investimento bélico no primeiro país, o que obriga os demais a seguirem outra vez os seus passos. A escalada armamentista leva os participantes a dedicarem uma parcela crescente de sua renda e trabalho à garantia da segurança externa, mas o resultado é o contrário do pretendido.

A corrida do consumo tem uma lógica semelhante à da corrida armamentista. Nenhum consumidor é uma ilha: existe uma forte e intrincada interdependência entre os anseios de consumo das pessoas. Aquilo que cada uma delas sente que “precisa” ou “não pode viver sem” depende não só dos seus “reais desejos e necessidades”, mas também, e talvez **sobretudo**, ao menos nas sociedades mais afluentes, daquilo que os outros ao seu redor possuem. A cada vez que um novo artigo de consumo é introduzido no mercado, o equilíbrio se rompe e o desconforto causado pela percepção da falta impele à ação reativa da compra do bem.

Em ambas as corridas – a armamentista e a do consumo – a lógica da situação obriga a todos a correrem cada vez mais, como hamsters confinados a esferas rotatórias, para não sair do lugar.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 102-103)

1. O que permite ao autor do texto associar a *corrida armamentista* à *corrida do consumo* é o fato de que ambas
 - (A) contrapõem-se quanto à lógica de que se valem em suas respectivas empreitadas.
 - (B) estimulam uma incessante e interminável disputa entre os que nelas se empenham.
 - (C) satisfazem do mesmo modo os desejos de quem confia no próprio sucesso.
 - (D) valorizam a criatividade dos concorrentes que nelas buscam realizar seus propósitos.
 - (E) tornam autônomos e independentes os desejos de cada um dos participantes.

2. No primeiro parágrafo, *dinâmica e propriedades conhecidas* da corrida armamentista
 - (A) são vagamente aludidas, sem discriminação.
 - (B) constituem passos que se especificam no parágrafo seguinte.
 - (C) detalham-se a seguir, em passos encadeados.
 - (D) levam a concluir que não há lógica em seu processo.
 - (E) representam etapas possíveis de um caminho obscuro.

3. Expressam-se como uma **causa** e sua **consequência**, nessa ordem, os seguintes segmentos:
 - (A) *A corrida armamentista tem dinâmica e propriedades conhecidas / um país decide se armar* (1º parágrafo)
 - (B) *A corrida do consumo tem uma lógica / semelhante à da corrida armamentista* (2º parágrafo)
 - (C) *Aquilo que cada uma delas sente que “precisa” / depende não só dos seus “reais desejos e necessidades”* (2º parágrafo)
 - (D) *um novo artigo de consumo é introduzido no mercado / o equilíbrio se rompe* (2º parágrafo)
 - (E) *a correrem cada vez mais / confinados a esferas rotatórias* (3º parágrafo)



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O autor do texto acredita que as corridas mais competitivas são aquelas cujos participantes jamais se satisfazem com algum resultado alcançado.
 - (B) Nada satisfazem mais as pessoas obsecadamente competitivas do que haverem cada vez mais e mais metas a se alcançarem.
 - (C) Para muitos o mérito das corridas mais competitivas residem no fato de que nunca se chegam aos melhores resultados.
 - (D) São próprias das competições extremadas as pessoas se envolverem tanto com a disputa que perdem o censo mesmo do limite.
 - (E) Por mais que se empenhe na competição os competidores mais fanatisados parece que de fato não tem o desejo de chegar à seus objetivos.
-
5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar adequadamente a frase:
- (A) Nunca lhes (**ter**) ocorrido que devem se empenhar mais nessa disputa pela vaga?
 - (B) A muitos competidores não (**interessar**) permanecer por mais tempo nessa corrida.
 - (C) Aos interessados (**cumprir**) buscar novas energias para ainda terem alguma chance.
 - (D) O que aos perdedores (**servir**) de consolação é o fato de que fizeram o que era possível.
 - (E) A nenhum participante do concurso (**prejudicar**) as alterações no regulamento da corrida.
-

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Disseminação da violência

A violência não se administra nem admite negociação: é da sua natureza impor a força como método. Sua lógica final é a adoção da barbárie. As instituições humanas existem para regulamentar nossos ímpetos, disciplinar nossas ações, impedir que se chegue à supremacia da violência. São chamados justamente de "supremacistas" (um neologismo, para atender a uma necessidade de nossos tempos violentos) aqueles que querem se impor pela força bruta, alcançar um poder hegemônico. Apoiam-se eles em ideologias que cantam a superioridade de uma etnia, de uma cultura, de uma classe social, de uma seita religiosa. Acabam por fazer de sua brutalidade primitiva uma "instituição" organizada pelo princípio brutal da lei do mais forte.

Talvez em nenhuma outra época foi tão premente a necessidade de se fortalecerem as instituições que de fato trabalham a favor do homem, da coletividade, do interesse público. A profusão e a difusão das chamadas redes sociais puseram a nu a violência que está em muitos e que já não se envergonha de si mesma, antes se proclama e se propaga com inaudito cinismo. Estamos todos diante de um grande espelho público e anônimo, onde se projeta o que se é ou o que se quer ser. Admirável como conquista tecnológica, a expansão da internet ainda não encontrou os meios necessários para canalizar acima de tudo os impulsos mais generosos, que devem reger nossa difícil caminhada civilizatória.

(Aníbal Tolentino, inédito)

6. A existência de instituições, na história da humanidade, deve-se sobretudo
- (A) à vontade de sobreviver, sejam quais forem os métodos utilizados para isso.
 - (B) ao esforço de dar livre expansão às forças da natureza que atuam como instintos humanos.
 - (C) à busca de algum equilíbrio entre a força da barbárie e o vago desejo de sociabilidade.
 - (D) à necessidade de dominarmos os impulsos destrutivos que estão na nossa natureza.
 - (E) ao desejo de realizar os ideais que os supremacistas elegem como valores absolutos.
-



7. Um segmento do texto tem seu sentido adequadamente traduzido em:
- (A) *é da sua natureza impor a força* (1º parágrafo) = é normal impor-se a força à natureza.
 - (B) *alcançar um poder hegemônico* (1º parágrafo) = atingir uma potência soberana.
 - (C) *A profusão e a difusão* (2º parágrafo) = O provimento e a propensão.
 - (D) *puseram a nu a violência* (2º parágrafo) = acobertaram a força bruta.
 - (E) *para canalizar acima de tudo os impulsos* (2º parágrafo) = a fim de se abeirar das necessidades.
-
8. É correta a seguinte afirmação sobre um procedimento utilizado na redação do texto:
- (A) quando entre aspas, a palavra "*instituição*" adquire um sentido que já não lhe é próprio.
 - (B) qualifica-se como *neologismo* um termo a que falta precisão de sentido.
 - (C) *adoção da barbárie e lei do mais forte* constituem expressões com sentidos diametralmente opostos.
 - (D) a expressão *impulsos mais generosos* (2º parágrafo) refere-se ainda aos *nostros ímpetos*, do 1º parágrafo.
 - (E) a *caminhada civilizatória* (2º parágrafo) surge como efeito da *difusão das chamadas redes sociais*.
-
9. Há ocorrência de **voz passiva** e correta **articulação entre tempos e modos verbais** na frase:
- (A) Seria desejável que a caminhada civilizatória possa dar vazão às nossas melhores qualidades naturais.
 - (B) Esperava-se que em nosso atual estágio civilizatório não de prevalecer o bom senso e a racionalidade.
 - (C) Às redes sociais devem-se tanto o mérito de uma ampla comunicabilidade como os abusos implicados.
 - (D) Os "supremacistas" haverão de contar com a benevolência daqueles que não lhes resistissem.
 - (E) Os preconceitos que muitos vierem a cultivar impediriam a supremacia dos bons valores.
-
10. Está correto o emprego dos elementos sublinhados na seguinte frase:
- (A) A violência dos nossos instintos, de cuja ninguém escapa, ignora os ideais da civilização, quando não lhes perverte de modo radical.
 - (B) Às pessoas de quem compete zelar pelos bons princípios não devem se render à violência, aonde estes se sacrificam.
 - (C) Aquele espelho grande e anônimo, em cujo se reproduz nossa imagem, dá bem a medida da pessoa em que cada um aspira a ser.
 - (D) São fortes os impulsos para a violência, mas devemos resisti-los, pois representam graves riscos dos quais podemos incorrer.
 - (E) O poder hegemônico a que muitos aspiram não se tornará uma obsessão para quem o considera dentro de parâmetros críticos.
-

Matemática Financeira e Raciocínio Lógico

11. Rodrigues recebeu uma quantia em dinheiro em uma determinada data. A metade dessa quantia ele aplicou sob o regime de capitalização simples, a uma taxa de 9,6% ao ano, durante 6 meses. A outra metade ele aplicou sob o regime de capitalização composta, a uma taxa de 2% ao trimestre, durante 1 semestre. Se o montante correspondente à aplicação sob regime de capitalização simples apresentou um valor igual a R\$ 13.100,00, então, a soma dos valores dos juros das duas aplicações foi de
- (A) R\$ 1.000,00.
 - (B) R\$ 990,00.
 - (C) R\$ 1.105,00.
 - (D) R\$ 1.200,00.
 - (E) R\$ 1.120,00.



12. O valor atual de um título descontado 4 meses antes de seu vencimento, a uma taxa de desconto de 24% ao ano, é igual a R\$ 19.320,00. Sabe-se que para esta operação utilizou-se o critério do desconto comercial simples. Se fosse considerada uma taxa de desconto igual a 75% da taxa anterior, o valor do desconto deste título seria de
- (A) R\$ 1.260,00.
(B) R\$ 1.680,00.
(C) R\$ 1.470,00.
(D) R\$ 1.575,00.
(E) R\$ 1.365,00.
-
13. Para liquidar uma dívida referente a um empréstimo, por meio de 30 prestações mensais e consecutivas, considerou-se o sistema de amortização constante a uma taxa de 1,5% ao mês. Se o vencimento da 1ª prestação se deu 1 mês após a data da contratação da dívida e o valor da 10ª prestação foi igual a R\$ 2.630,00, obtém-se que o valor da 1ª prestação supera o valor da última prestação em
- (A) R\$ 810,00.
(B) R\$ 780,00.
(C) R\$ 900,00.
(D) R\$ 870,00.
(E) R\$ 840,00.
-
14. Uma conferência foi composta de 5 sessões. Todos os participantes da sessão A participaram, também, da sessão B. Nenhum participante da sessão B participou das sessões C ou E. Todos os participantes da sessão D participaram, também da sessão E, e alguns dos participantes da sessão E participaram da sessão C. Nenhum participante da sessão D participou da sessão C. É correto concluir que
- (A) todos os participantes da sessão E participaram, também, da sessão D.
(B) nenhum participante da sessão D participou, também, da sessão A.
(C) pelo menos um participante da sessão E participou, também, da sessão A.
(D) pelo menos um participante da sessão D participou, também, da sessão B.
(E) nenhum participante da sessão B participou, também, da sessão A.
-
15. Todo sábado, Sabrina
- vai ao parque ou vai ao cinema,
 - acorda cedo ou não vai ao parque e
 - janta fora ou não vai ao cinema.
- Se, no último sábado, não jantou fora, então, é verdade que Sabrina
- (A) acordou cedo e foi ao parque.
(B) foi ao parque e ao cinema.
(C) acordou cedo e foi ao cinema.
(D) não foi ao parque, nem ao cinema.
(E) não acordou cedo e não foi ao cinema.

Noções de Informática

16. Um técnico utilizando um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa, seleciona o botão **Visão de Tarefas**, presente na **Barra de Tarefas**. Esse botão
- (A) amplia o texto e imagens da tela, facilitando a sua visualização.
(B) apresenta, na forma de gráfico, o uso dos principais recursos do computador pelas tarefas (CPU, memória, rede etc.).
(C) apresenta uma tabela com todas as tarefas que o sistema operacional pode executar.
(D) exibe a relação de tarefas que o sistema operacional está executando no momento.
(E) permite visualizar as janelas que estão abertas nesse momento.

17. Um técnico elaborou o texto de um relatório no Microsoft Word 2013, em sua configuração padrão para a língua portuguesa. Seus colegas elaboraram dois outros arquivos no mesmo editor de textos, cada um correspondendo a um anexo do relatório. Para combinar dois anexos ao relatório, o técnico deve abrir o arquivo com o texto de um relatório, colocar o cursor ao final do documento e, selecionar a guia
- (A) **Arquivo**, item **Assistente de Mesclagem**, que irá permitir que o usuário indique cada arquivo a ser inserido.
- (B) **Arquivo**, item **Opções**, escolhendo os dois arquivos com os anexos na janela que será aberta.
- (C) **Design**, o grupo **Mesclar**, a seta da opção **Arquivos**, escolhendo os dois arquivos com os anexos na janela que será aberta.
- (D) **Inserir**, o grupo **Texto**, a seta da opção **Objeto** e selecionar **Texto do Arquivo**, escolhendo os dois arquivos com os anexos na janela que será aberta.
- (E) **Mesclar**, o grupo **Arquivos**, a seta da opção **Objeto** e selecionar **Texto do Arquivo**, escolhendo os dois arquivos com os anexos na janela que será aberta.
-
18. Um técnico está elaborando uma apresentação no Microsoft Powerpoint 2013, em português, mas ainda não sabe qual logotipo e estilo que cada *slide* deverá ter. Para que posteriormente esse técnico possa fazer as alterações com facilidade, ele deve editar um *slide* especial, que quando alterado, todos os *slides* baseados nele conterão essas alterações. Esse *slide* é denominado
- (A) *Slide* Mestre.
- (B) Folha de Estilo.
- (C) Folheto Mestre.
- (D) *Slide* de Estilo
- (E) Anotações Mestras.
-
19. No Google Planilhas do G Suite, um técnico precisa executar uma operação para aumentar um valor em 10%. Essa função será chamada diversas vezes em uma planilha. Para não ter que realizar o cálculo toda vez que precisar realizar essa operação, clicou no menu Ferramentas > Editor de Script para criar uma função para essa finalidade. Uma função correta que ele poderá criar é
- (A) `function AumentarDezPorCento() { valor * 10 / 100; }`
- (B) `function double AumentarDezPorCento(double valor) {return valor * 1.10; }`
- (C) `function AumentarDezPorCento(valor) { return valor * 1.10; }`
- (D) `function AumentarDezPorCento() {return valor * 10 / 100 + valor; }`
- (E) `function return AumentarDezPorCento(valor * 10 / 100);`
-
20. Um técnico tentou instalar uma aplicação no seu computador, mas o antivírus o impediu mostrando uma mensagem que o programa era legítimo, mas que poderia ser usado por criminosos para danificar o computador ou furtar dados pessoais. Analisando que as perdas que poderiam ser causadas pela execução do *software* seriam menores do que as perdas causadas pela não execução, o técnico pensou nas seguintes possibilidades para instalar e executar o *software*:
- I. Incluir o *software* na lista de exclusão do antivírus, ou seja, na lista de programas que o antivírus não deverá verificar.
- II. Mudar o nome do *software* para um nome amigável parecido com o nome recursos legítimos do sistema operacional, a fim de enganar o antivírus no momento da instalação e execução.
- III. Desativar/Pausar o antivírus por um tempo determinado, ou seja, pelo tempo necessário para instalar e usar o *software* para o que necessita.
- IV. Colocar o antivírus no modo de verificação apenas de disco rígido, de forma que ele não seja ativado quando perceber um possível malware carregado na memória.
- Considerando que o técnico estava utilizando um dos principais antivírus do mercado, permitirá a instalação e execução do *software* APENAS o que consta em
- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. No dia 30/11/2018 uma empresa adquiriu mercadorias por R\$ 150.000,00, tendo pago o valor à vista. A empresa incorreu, adicionalmente, nos seguintes gastos:

- Frete para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 3.000,00.
- Seguro para o transporte até a empresa: R\$ 1.200,00.

Nos diversos valores pagos pela empresa, estavam incluídos:

- Tributos recuperáveis: R\$ 12.000,00.
- Tributos não recuperáveis: R\$ 500,00.

Sabendo-se que a empresa não tinha estoque antes dessa compra e que nenhuma mercadoria foi vendida, o valor do Estoque evidenciado pela empresa no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais,

- (A) 150.000,00.
- (B) 154.200,00.
- (C) 153.000,00.
- (D) 142.200,00.
- (E) 154.700,00.

22. Um caminhão foi adquirido pelo valor de R\$ 900.000,00 e a empresa ainda instalou uma carroceira no valor de R\$ 300.000,00, sendo que ambos os valores foram pagos à vista. A compra ocorreu em 30/06/2017, a empresa definiu a vida útil do conjunto (caminhão e carroceria) em 8 anos e estimou o valor residual esperado para sua venda no final do prazo de vida útil em R\$ 400.000,00. Sabendo-se que a vida útil do conjunto para fins fiscais é 5 anos e que a empresa adota o método das quotas constantes para determinar a depreciação, o saldo contábil evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foi, em reais:

- (A) 975.000,00.
- (B) 840.000,00.
- (C) 1.050.000,00.
- (D) 650.000,00.
- (E) 960.000,00.

23. Um empréstimo no valor de R\$ 5.000.000,00 foi obtido no dia 01/12/2017 e o principal será liquidado em uma única parcela em 01/12/2027. A taxa de juros negociada foi 1,5% ao mês e os juros serão pagos semestralmente, com a primeira parcela vencendo em 01/06/2018. A empresa pagou, na data da obtenção do empréstimo, custos de transação no valor de R\$ 125.000,00 e o valor das parcelas semestrais de juros é R\$ 467.216,32. A taxa de custo efetivo da operação foi 1,5442% ao mês.

O valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2018, relativo ao empréstimo obtido, foi, em reais,

- (A) 200.000,00.
- (B) 202.210,00.
- (C) 73.125,00.
- (D) 202.869,39.
- (E) 75.279,75.

24. O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava, no passivo, o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2017
Fiscal	R\$ 200.000,00
Trabalhista	R\$ 640.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições desses dois processos e identificou um novo processo que surgiu durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre eles foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Fiscal	Possível	R\$ 250.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 500.000,00
Ambiental (novo)	Possível	R\$ 260.000,00

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 correspondente aos diversos processos a que a empresa está respondendo foi, em reais:

- (A) 840.000,00.
- (B) 500.000,00.
- (C) 640.000,00.
- (D) 900.000,00.
- (E) 1.010.000,00.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

Atenção: Para responder às questões de números 25 e 26, utilize as informações abaixo.

Considere as seguintes transações ocorridas no mês de dezembro de 2018, em uma determinada entidade pública municipal:

- Arrecadação de receita de Taxas pela Prestação de Serviços no valor de R\$ 800.000,00. Tal receita foi lançada em novembro de 2018.
- Lançamento de receita de Taxas pela Prestação de Serviços no valor de R\$ 600.000,00. Tal receita foi arrecadada em janeiro de 2019.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 110.000,00 referente a dezembro de 2018.
- Pagamento de R\$ 40.000,00 referente à aquisição de um veículo novo, cujo empenho e liquidação ocorreram em julho de 2018.
- Reconhecimento da depreciação mensal dos bens móveis e imóveis no valor de R\$ 31.000,00.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável dos bens móveis no valor de R\$ 20.000,00.
- Reconhecimento de ajustes de perdas de estoques no valor de R\$ 13.000,00.
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 12.000,00 referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. A despesa liquidada se refere ao serviço prestado, no mês de dezembro de 2018, para a manutenção do sistema de segurança do edifício-sede da referida entidade, cuja nota de empenho foi emitida em setembro de 2018. Tal despesa foi paga, pelo valor total do empenho de R\$ 12.000,00, em janeiro de 2019.
- Consumo de material de limpeza e produtos para higienização no valor de R\$ 3.000,00. O material estava em estoque no início do mês de dezembro de 2018 e se refere à despesa corrente paga em agosto de 2018.
- Distribuição gratuita de fraldas descartáveis a famílias carentes no valor de R\$ 2.000,00. As fraldas estavam em estoque no início do mês de dezembro de 2018 e se referem à despesa corrente paga em setembro de 2018.

25. O resultado de execução orçamentária da entidade pública municipal referente apenas ao mês de dezembro de 2018, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, teve um aumento de, em reais,

- (A) 490.000,00.
- (B) 690.000,00.
- (C) 650.000,00.
- (D) 678.000,00.
- (E) 369.000,00.

26. O resultado patrimonial da entidade pública municipal referente apenas ao mês de dezembro de 2018 teve um aumento de, em reais,

- (A) 414.000,00.
- (B) 609.000,00.
- (C) 450.000,00.
- (D) 531.000,00.
- (E) 409.000,00.

27. Em um ente público municipal, uma receita de transação com contraprestação, de acordo com a NBC TSP 02, pode decorrer

- (A) da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
- (B) do recebimento de medicamentos doados por uma agência internacional, sem condições sobre os ativos transferidos.
- (C) da obtenção de empréstimos e financiamentos a curto prazo para a aquisição de duas ambulâncias.
- (D) da prestação de serviços odontológicos a preços que correspondem ao seu valor justo.
- (E) do recebimento de multas cobradas pelo descumprimento de obrigações legais por uma empresa privada.

28. Em um ente público, um ônibus escolar adquirido em 22/11/2018 por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado inicialmente, de acordo com a NBC TSP 01, pelo seu

- (A) valor realizável líquido em 31/12/2018.
- (B) valor justo em 22/11/2018.
- (C) custo histórico em 31/12/2018.
- (D) custo histórico em 22/11/2018.
- (E) custo corrente de reposição em 31/12/2018.



29. Em um ente público, a conta "Ganhos com Incorporação de Ativos Apreendidos", quanto à natureza da informação
- (A) de resultado, pertence ao grupo 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (B) orçamentária, pertence à classe 7 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (C) patrimonial, pertence à classe 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) patrimonial, pertence à classe 3 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (E) de resultado, pertence ao grupo 3 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
-
30. De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada
- (A) consistência é sinônimo de uniformidade e possibilita aos usuários da informação contábil identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - (B) verificabilidade indica que para ser verificável a informação não precisa ser um ponto único estimado, uma vez que um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado.
 - (C) relevância é alcançada quando a representação da transação é livre de vieses e possui exatidão completa em todos os aspectos relacionadas a tal transação.
 - (D) materialidade determina que a omissão de 5% da despesa total reportada nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público torna a informação omitida imaterial.
 - (E) comparabilidade é sinônimo de uniformidade e esta implica na utilização das mesmas políticas contábeis, seja de período a período em uma entidade pública ou de um único período entre duas ou mais entidades.
-
31. No que se refere às demonstrações contábeis de um ente público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que
- (A) o valor de R\$ 8.000,00 referente à despesa empenhada com juros e encargos da dívida deve ser evidenciado como desembolso dos fluxos de caixa das atividades de investimento na Demonstração dos Fluxos de Caixa do referido ente.
 - (B) o valor do recebimento de caução depositada como garantia de um contrato firmado deve ser evidenciado como receita orçamentária corrente realizada no Balanço Orçamentário do referido ente.
 - (C) as perdas involuntárias com estoques devem ser evidenciadas como despesas liquidadas no Balanço Orçamentário do referido ente.
 - (D) as dívidas fundadas que dependam de autorização legislativa para amortização do seu valor são passivos financeiros que devem ser evidenciados no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro que acompanha o Balanço Financeiro do referido ente.
 - (E) os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses, devem ser evidenciados como ativo circulante no Balanço Patrimonial do referido ente.
-

Administração Financeira, Orçamentária e Pública

32. Considere as seguintes informações referentes à receita de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de um determinado ente público municipal:
- 01/01/2019: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta.
- 15/01/2019: o devedor pagou o IPTU em uma instituição financeira autorizada pelo ente.
- 18/01/2019: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Municipal, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.
- Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária do referido ente público municipal foi alterado, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em
- (A) 01/01/2019 por meio de uma Receita Corrente.
 - (B) 18/01/2019 por meio de uma Receita de Capital.
 - (C) 15/01/2019 por meio de uma Receita Corrente.
 - (D) 15/01/2019 por meio de uma Receita de Capital.
 - (E) 18/01/2019 por meio de uma Receita Corrente.
-



33. Um ente público municipal definiu o valor de R\$ 1.890.000,00 para a Reserva de Contingência para o exercício financeiro de 2019. Assim, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor de R\$ 1.890.000,00 deve ter sido definido com base na receita
- (A) corrente arrecadada, sendo que a forma de utilização da Reserva de Contingência deve estar estabelecida na Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 2019, do referido ente.
 - (B) de capital líquida, sendo que a forma de utilização da Reserva de Contingência deve estar estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao exercício financeiro de 2019, do referido ente.
 - (C) de capital arrecadada, sendo que a forma de utilização da Reserva de Contingência deve estar estabelecida na Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício financeiro de 2019, do referido ente.
 - (D) corrente arrecadada, sendo que a forma de utilização da Reserva de Contingência deve estar estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao exercício financeiro de 2019, do referido ente.
 - (E) corrente líquida, sendo que a forma de utilização da Reserva de Contingência deve estar estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao exercício financeiro de 2019, do referido ente.
-
34. Em 28/11/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 10.000,00 referente à aquisição de 5 computadores. Em 17/12/2018, 3 computadores foram entregues pelo fornecedor e, nessa mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor de R\$ 6.000,00. O restante dos computadores adquiridos foi entregue pelo fornecedor em 16/01/2019, atendendo às cláusulas contratuais, data em que o restante da despesa empenhada em 28/11/2018 foi liquidada. Em 30/01/2019, foi pago o valor de R\$ 10.000,00 referente ao empenho emitido em 28/11/2018. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2018, o valor de, em reais,
- (A) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados em liquidação pelo referido ente.
 - (B) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados a liquidar pelo referido ente.
 - (C) 6.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados e o valor de R\$ 4.000,000 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.
 - (D) 4.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados e o valor de R\$ 6.000,000 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.
 - (E) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.
-
35. No que concerne às autorizações para realização de despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual, não são admissíveis dotações inespecíficas e globais. Constitui exceção a tal princípio, além dos programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução de despesas, também
- (A) a reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida e destinada a cobertura de passivos contingentes.
 - (B) os créditos suplementares, destinados à cobertura de despesas não dotadas ou insuficientemente previstas na LDO.
 - (C) os créditos extraordinários, destinados a cobertura de situações de calamidade pública ou comoção social.
 - (D) os restos a pagar, classificados como despesas extra orçamentárias e passíveis de pagamento com recursos do exercício em curso.
 - (E) as programações orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares individuais de natureza impositiva, limitadas a 2% da receita corrente líquida.

Direito Administrativo

36. Diante da qualidade decrescente na execução de um contrato de concessão de serviço público e em virtude das condições econômico-financeiras da concessionária não permitirem mais o nível de investimentos com que se comprometeu, o poder concedente
- (A) deve assumir o controle ou a administração do negócio no mesmo ato que decreta a extinção do contrato, a fim de preservar a continuidade do serviço público.
 - (B) pode assumir o controle acionário da concessionária para reestruturá-la financeiramente, retomando-se a vigência do contrato após a conclusão do procedimento de saneamento da operação.
 - (C) pode permitir que os agentes financiadores da operação assumam o controle da operação, para fins de reestruturação, mantendo-se, assim, a continuidade da prestação dos serviços públicos.
 - (D) deve encampar o contrato e promover nova licitação da prestação dos serviços, indenizando-se o concessionário atual após a formalização do contrato.
 - (E) pode aplicar sanções contratuais à concessionária, excetuadas as de natureza pecuniária, de adimplemento sabidamente inviável.



37. A contratação de uma fundação especializada em pesquisas no setor econômico foi formalizada por determinada Administração municipal sem prévia licitação. O Tribunal de Contas apontou irregularidade por supostamente não ter sido atendido na íntegra o procedimento de contratação esta que, de acordo com a narrativa dos fatos, poderia ter se dado por
- (A) dispensa de licitação, hipótese reconhecida por ato que deve ser ratificado e publicado no diário oficial, como condição de eficácia da contratação.
 - (B) dispensa ou inexigibilidade de licitação, a depender do que constou da decisão administrativa que a enquadrou, prescindível a publicação do extrato da contratação no diário oficial.
 - (C) inexigibilidade de licitação, hipótese que não exige ratificação por parte da autoridade superior, considerando que trata de inexistência de outros potenciais interessados.
 - (D) licitação dispensada, já que a contratação de fundações de pesquisa e apoio técnico não viabilizam hipótese de competição.
 - (E) não incidência da lei de licitações, considerando que não se trata de inexigibilidade ou dispensa de certame, mas sim de exceção ao regime licitatório.
-
38. Para viabilizar a contratação de uma Parceria Público-Privada do setor de transportes será necessário que o poder público, além da contraprestação estabelecida, se responsabilize financeiramente por parte das obras de construção do modal de prestação dos serviços, o que
- (A) impõe a necessidade do poder público licitar a realização das obras por outro regime jurídico, sucedendo-se o contrato pela Parceria Público-Privada tão logo concluída a obra.
 - (B) possibilita majoração da contraprestação tendo em vista que, nessa modalidade de concessão, os investimentos são integral e exclusiva responsabilidade do concessionário.
 - (C) impõe reestruturação da modelagem, com possível redução de investimentos do privado, para que ele possa arcar com os custos de implantação do modal de transporte.
 - (D) obriga a revisão do modelo, para acrescentar maior relevância ao percentual de receitas acessórias cuja exploração fora autorizada.
 - (E) justifica a assunção pelo poder público da obrigação de pagamento de aporte para as obras de construção do modal de transporte destinado à prestação do serviço, que configura bem reversível.
-
39. Após o término da vigência de um contrato administrativo precedido de licitação regida pela Lei nº 8.666/1993,
- (A) o poder público pode anular o contrato, caso identifique qualquer vício de legalidade que o justifique.
 - (B) é possível aplicar sanções ao contratado, tais como multa e advertência, desde que as causas de imputação das mesmas tenham se projetado para além da vigência.
 - (C) o ato exauriu seus efeitos integralmente, dele não se podendo inferir qualquer projeção de efeitos, independentemente do tempo decorrido.
 - (D) não há óbice à aplicação de sanção de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública, desde que comprovado o fundamento e observado prazo decadencial para tanto.
 - (E) remanesce a possibilidade de aplicação de qualquer sanção contratual ao contratado, pessoa física ou jurídica, pelo prazo de 5 anos, a título de vigência ficta da avença.
-
40. A Administração pública de um município litorâneo precisa implementar programa de vacinação para a população de baixa renda, mais vulnerável em razão da carência de saneamento básico na região. Apurou que o Estado federativo que o município integra é proprietário de um imóvel próximo, com acesso adequado e boas condições estruturais para armazenamento das vacinas. A utilização desse imóvel pode se formalizar mediante
- (A) permissão de uso, a ser outorgada pelo Estado em favor da Municipalidade, considerando a finalidade pública do programa de vacinação.
 - (B) contrato administrativo de comodato, por prazo indeterminado e para a finalidade específica de execução do programa de vacinação.
 - (C) autorização de uso, ato administrativo de natureza vinculada, o que impede a negativa da outorga por parte do Estado.
 - (D) concessão de uso, ato administrativo tecnicamente adequado para a celebração de parceria entre dois entes federados.
 - (E) convênio, cuja natureza contratual permite o estabelecimento de obrigações recíprocas entre os partícipes, vedada apenas remuneração pelo uso.



41. Uma fundação municipal pretende adquirir bens imóveis destinados à geração de renda para consecução de suas atividades fins. Considerando o regime jurídico que disciplina sua atuação e seus bens,
- (A) deverá ser realizada licitação para compra dos bens públicos que pretender afetar a seu escopo institucional, sendo permitida compra direta quando se tratar de bens dominicais.
 - (B) não se aplica o regime licitatório, porque dotada de personalidade jurídica de direito privado, ainda que integrante da Administração indireta.
 - (C) pode editar ato normativo caracterizador do procedimento de aquisição, considerando que integra a Administração pública indireta, o que lhe confere poderes típicos das funções executivas.
 - (D) pode realizar compra direta de bens, se preenchidas as características inerentes às hipóteses de dispensa de licitação, sem prejuízo de eventual incidência de caso de inexigibilidade de certame ou de necessidade dele.
 - (E) deve pleitear à Administração Central que realize procedimento licitatório ou aquisição direta, se o caso, para posterior transferência à Fundação, a fim de que seu patrimônio fique protegido sob regime jurídico de bens públicos.
-
42. As penas passíveis de imposição pela prática de ato de improbidade
- (A) são aplicadas isoladamente, tal qual as sanções previstas para contratos administrativos, que não admitem cumulação.
 - (B) são previstas individualizadamente, conforme a natureza do ato de improbidade, passíveis de cumulação com outras apenas as referentes à modalidade de ato de improbidade que gera prejuízo ao erário.
 - (C) incidem preferencialmente sobre as sanções civis e administrativas e em igualdade de prioridade em relação às sanções penais, em razão da gravidade.
 - (D) aplicáveis por ato que gera enriquecimento ilícito são cumulativas com a imposição de multa, salvo se o sujeito ativo restituir o acréscimo patrimonial.
 - (E) aplicáveis por ato que gera prejuízo ao erário admitem cumulação do pagamento de multa pecuniária com imposição de proibição de contratar com o Poder Público, sem prejuízo de outras.
-
43. Os princípios da eficiência e da moralidade, que regem a atuação da Administração pública,
- (A) admitem interpretação que sobreponha seu conteúdo e hierarquia ao de norma jurídica prevista em lei formal, dada sua capacidade de atualização e ajuste ao caso concreto.
 - (B) não são passíveis de serem objeto de controle por órgãos externos, dado seu conteúdo fluido e desprovido de elementos concretos e tutela formal em lei.
 - (C) se sobrepõem aos demais princípios administrativos explícitos e implícitos, em razão do conteúdo de interesse público transversal que expressam.
 - (D) não impedem o exercício do controle pelo Tribunal de Contas, ao qual também é dado inferir conteúdo de economicidade aos atos e contratos administrativos.
 - (E) afastam a possibilidade de controle judicial quando tiverem sido o fundamento da edição de atos e celebração de contratos administrativos.
-
44. A contratação de obras para construção de unidades prisionais poderá se dar sob o regime diferenciado de contratações públicas, que
- (A) exige a elaboração e apresentação de projeto básico pelo licitante vencedor, após o resultado do certame.
 - (B) apresenta conceito próprio de projeto básico, a fim de delimitar os elementos necessários à licitação para contratação das obras que leve à solução escolhida.
 - (C) dispensa a apresentação de projeto básico pelo licitante quando a contratação se der sob a modalidade de empreitada integral.
 - (D) exige prévia elaboração e aprovação de diretrizes do projeto básico para a obra, prescindível no caso de empreitada integral no que se refere aos serviços não relativos à construção.
 - (E) permite a não divulgação do projeto básico e de seu orçamento, a fim de gerar a maior competitividade possível entre os licitantes.
-
45. Diante de uma decisão de reintegração de determinado servidor ao cargo que anteriormente ocupava, aquele
- (A) será necessariamente colocado em disponibilidade se o cargo anterior estiver sendo ocupado por outro servidor.
 - (B) passará a ocupar cargo imediatamente superior ao que ocupava, no caso de extinção deste ou se tiver sido provido por terceiro.
 - (C) será automaticamente colocado em disponibilidade ou no quadro de cargos em extinção.
 - (D) pode ser reintegrado no cargo resultante da transformação do anteriormente ocupado, caso tenha se operado essa alteração.
 - (E) passará a ocupar exatamente o mesmo cargo anterior, por direito subjetivo, ainda que tivesse sido extinto, cabendo exoneração do servidor que estivesse ocupando referido cargo no momento da reintegração.

**Direito Tributário e Legislação Municipal**

46. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios têm competência para instituir, na forma da lei,
- (A) contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
 - (B) o ITBI, imposto que incide sobre a transmissão de quaisquer bens, a título oneroso.
 - (C) o IPVA, que incide sobre a propriedade de quaisquer veículos licenciados no Município.
 - (D) o IPTU, imposto que a incide sobre a propriedade e a transmissão de bens imóveis.
 - (E) o ITCMD, que incide sobre a transmissão de quaisquer bens ocorrida dentro dos limites municipais.
-
47. De acordo com a Lei Complementar federal nº 116/2003, que dispõe sobre o ISSQN, o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota de
- (A) 3,0%, exceto para algumas prestações de serviço, dentre as quais se encontra o transporte intermunicipal de cargas.
 - (B) 2,0%, exceto para algumas prestações de serviço, dentre as quais se encontra a execução, por subempreitada, de obras de perfuração de poços bem como a prestação de serviços de arquitetura, geologia e urbanismo.
 - (C) 1,5%, exceto para algumas prestações de serviço, dentre as quais se encontra o transporte coletivo municipal aquaviário de cargas e passageiros.
 - (D) 2,0%, exceto para algumas prestações de serviço, dentre as quais se encontra o transporte coletivo municipal ferroviário de passageiros.
 - (E) 1,5%, exceto para algumas prestações de serviço, dentre as quais se encontram os serviços de arquitetura, geologia e urbanismo.
-
48. A Lei Complementar federal nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Simples Nacional – criou o Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, que tem várias atribuições. De acordo com a referida Lei,
- (A) o CGSN, após aprovação do Senado Federal, ratificação unânime do CONFAZ e recomendação favorável da COTEPE, poderá disciplinar a forma e as condições em que será estabelecido o regime de antecipação do ICMS, nas operações com bens ou mercadorias adquiridos fora do Estado.
 - (B) cabe ao CGSN apreciar a necessidade de revisão dos valores expressos em moeda na Lei Complementar nº 123/2006 e propor ao Senado Federal a adoção de Resolução para a alteração deles, observado o princípio da anterioridade de exercício financeiro.
 - (C) o CGSN regulamentará a forma por meio da qual os documentos fiscais das microempresas e das empresas de pequeno porte poderão ser emitidos diretamente por sistema nacional informatizado e pela internet, sem custos para o empreendedor individual.
 - (D) o CGSN, após ratificação unânime do CONFAZ e recomendação favorável da COTEPE, disciplinará a forma e as condições em que será atribuída à microempresa ou à empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional a qualidade de substituta tributária.
 - (E) o CGSN é composto por 8 representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como representantes da União, 4 dos Estados e do Distrito Federal e 4 dos Municípios.
-
49. Em 2016, Roberto, Lia, Luís Carlos e Maria de Lourdes formaram uma sociedade e constituíram a empresa “Comércio de Brinquedos Educativos Ltda.”, cuja única atividade é o comércio de brinquedos educativos, sendo que cada um deles detém a quarta parte do capital social, que é de R\$ 1.000.000,00. Para a integralização de sua parte do capital social, Roberto entregou terreno de sua propriedade, no valor de R\$ 250.000,00, localizado centro de Manaus, para que fosse incorporado ao capital social da referida sociedade.
- No início de 2019, Roberto e Lia retiraram-se da sociedade, que terá seu capital social reduzido proporcionalmente, mas que continuará a existir com os sócios remanescentes. Roberto vai receber R\$ 250.000,00 em dinheiro e Lia vai receber o referido imóvel, localizado no centro da cidade de Manaus, pelo valor de R\$ 250.000,00.
- Relativamente ao terreno situado no centro de Manaus, e de acordo com a disciplina da Lei municipal manauara nº 459, de 30 de dezembro de 1998, o ITBI incidiu, em
- (A) 2019, na desincorporação do referido imóvel do patrimônio da sociedade, em razão de sua reversão integral a Lia, que deixou sociedade.
 - (B) 2016, sobre a transmissão do referido imóvel para fins de incorporação ao patrimônio da sociedade, em realização de capital, pois se trata de transmissão onerosa, já que Roberto recebeu, em contrapartida, quotas da sociedade.
 - (C) 2016, sobre a transmissão do referido imóvel para fins de incorporação ao patrimônio da sociedade, em realização de capital, mas com base de cálculo reduzida em 50%.
 - (D) 2019, na desincorporação do referido imóvel do patrimônio da sociedade, em razão da reversão dos valores a Roberto, que deixou sociedade, mas com base de cálculo reduzida em 50%.
 - (E) 2019, em razão de diferimento tributário, sobre a transmissão do referido imóvel para fins de incorporação ao patrimônio da sociedade, ocorrida em 2016, em realização de capital, pois se trata de transmissão onerosa, já que Roberto recebeu, em contrapartida, quotas da sociedade.

50. Autoridades Fiscais do Município de Manaus apuraram que o ISSQN, o IPTU e o ITBI, por razões diversas, deixaram de ser lançados em nome de diversos contribuintes do Município de Manaus. No caso do ISSQN, especificamente, a omissão quanto ao lançamento decorreu de atitude dolosa dos contribuintes. Tendo em vista o que dispõe o Código Tributário Nacional a respeito da extinção do crédito tributário, e das normas atinentes aos referidos tributos, estabelecidas pelas Leis municipais nº 2.251, de 02 de outubro de 2017, nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011 e nº 459, de 30 de dezembro de 1998, a respeito do ISSQN, do IPTU e do ITBI, ocorrerá a
- homologação tácita do lançamento, por decurso de prazo, relativamente ao IPTU e ao ITBI, após o transcurso do prazo de cinco anos, contado da data da ocorrência dos respectivos fatos geradores, caso a autoridade administrativa competente não homologue expressamente a atividade desenvolvida pelo contribuinte, antes do transcurso desse prazo.
 - decadência do direito de a Fazenda Pública lançar o ISSQN, após o transcurso do prazo de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado, e a prescrição em relação ao IPTU e ao ITBI.
 - prescrição do direito de a Fazenda Pública lançar os três impostos, após o transcurso do prazo de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado ou, conforme o caso, contado da data da ocorrência dos respectivos fatos geradores, caso a autoridade administrativa competente não homologue expressamente a atividade desenvolvida pelo contribuinte, antes do transcurso desse prazo.
 - homologação tácita do lançamento, por decurso de prazo, relativamente aos três impostos, após o transcurso do prazo de cinco anos, contado da data da ocorrência dos respectivos fatos geradores, caso a autoridade administrativa competente não homologue expressamente a atividade desenvolvida pelo contribuinte, antes do transcurso desse prazo.
 - decadência do direito de a Fazenda Pública lançar os três impostos, após o transcurso do prazo de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento puder ser efetuado.
-
51. Determinado Município realizou obra pública, sendo que o total da despesa realizada foi de R\$ 9.000.000,00. A referida obra, por sua vez, acarretou valorização imobiliária dos imóveis circunvizinhos, nos seguintes montantes: os imóveis comerciais tiveram valorização de R\$ 20.000,00, cada um; os imóveis residenciais tiveram valorização de R\$ 15.000,00, cada um; e os terrenos tiveram valorização de R\$ 10.000,00, cada um. A Fazenda Pública municipal, em razão dessa valorização, pretende lançar e cobrar contribuição de melhoria. De acordo com o Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria
- poderá ser lançada e cobrada até o valor de R\$ 15.000,00 (valor médio de valorização), de todos os proprietários dos imóveis valorizados, observado o limite total.
 - a ser lançada e cobrada terá como limite total valor não superior a R\$ 9.000.000,00.
 - não poderá, em hipótese nenhuma, ser lançada e cobrada em valor superior a R\$ 10.000,00, de nenhum dos proprietários dos diversos imóveis valorizados.
 - tem como limite individual a valorização de cada de cada imóvel, salvo em relação aos imóveis de uso comercial ou com destinação comercial.
 - a ser lançada e cobrada terá como limite total valor equivalente à soma dos valores correspondentes à valorização individual de todos os imóveis beneficiados com a obra.
-
52. Um Município brasileiro concedeu isenção do ISSQN a determinados contribuintes deste imposto, relativamente às prestações de serviços previstas no subitem 16.01 do item 16 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar federal nº 116/2003 (16.01 – *Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário*). Com base no Código Tributário Nacional, os contribuintes beneficiados com a referida isenção estão
- autorizados a deixar de emitir documentos fiscais relacionados com as prestações de serviços cujos créditos tributários tenham sido excluídos.
 - impedidos de emitir documentos fiscais relacionados com as prestações de serviços cujos créditos tributários tenham sido excluídos, porque o acessório segue o principal.
 - autorizados a deixar de cumprir todas as obrigações acessórias relacionados com as prestações de serviços cujos créditos tributários tenham sido excluídos, exceto a de emitir documentos fiscais.
 - autorizados a deixar de cumprir todas as obrigações acessórias relacionados com as prestações de serviços cujos créditos tributários tenham sido excluídos, exceto a de emitir e escriturar documentos fiscais.
 - obrigados a emitir os documentos fiscais previstos na legislação e relacionados com as prestações de serviços cujos créditos tributários tenham sido excluídos com a concessão da isenção.
-
53. De acordo com a Constituição Federal, o Município pode
- instituir, lançar e cobrar o IPTU relativamente a bem imóvel no qual se realizam os cultos e cerimônias religiosos e cujo proprietário é a instituição religiosa "HÁ VIDA NO ALÉM".
 - instituir, lançar e cobrar o ITCMD em relação aos serviços gratuitos de orientação pedagógica e educacional prestados pela instituição de educação "Escola para Todos Ltda.", instituição sem fins lucrativos.
 - cobrar o ITBI no exercício subsequente àquele em que tiver sido publicada a lei que aumentou sua base de cálculo, dispensada a observância do princípio da anterioridade nonagesimal.
 - instituir, lançar e cobrar o ISSQN sobre a prestação de serviços de fonografia, atinente à produção, no território do Município, de fonogramas contendo poesias não musicadas, de autoria do poeta chileno Pablo Neruda, e recitadas por artista de nacionalidade chilena.
 - instituir, lançar e cobrar o IPTU sobre a propriedade de imóvel em que funciona a Secretaria de Fazenda do Estado, imóvel este que é de propriedade do governo estadual.



54. A empresa "Tapete Voador Ltda." é a maior empresa municipal de instalação de carpetes. Conforme o desejo do cliente, ela pode vender e instalar o carpete, pode apenas instalar o carpete que o cliente tenha comprado de outra empresa, ou pode, ainda, apenas vender o carpete, cabendo ao cliente procurar outra empresa para instalá-lo. De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996 e a Lei Complementar nº 116/2003, quando a referida empresa efetuar a venda e a instalação do carpete por ela vendido, incidirá o
- (A) ICMS sobre o valor da operação com a mercadoria e o ISSQN sobre o valor da prestação de serviço de instalação.
 - (B) ISSQN sobre o valor total da operação, resultante da soma do valor da mercadoria vendida com o da prestação de serviço de instalação, devendo a lei municipal fixar a redução de sua base de cálculo, em percentual não inferior a 35%.
 - (C) ICMS sobre o valor total da operação, resultante da soma do valor da mercadoria vendida com o da prestação de serviço de instalação.
 - (D) ISSQN sobre o valor da operação com a mercadoria e o ICMS sobre o valor da prestação de serviço de instalação.
 - (E) ISSQN sobre o valor total da operação, resultante da soma do valor da mercadoria vendida com o da prestação de serviço de instalação.
-
55. Considerando que todos os bens e direitos mencionados abaixo estão localizados no Município de Manaus, e considerando a disciplina estabelecida pela Lei municipal nº 459, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre ITBI no referido Município, é correto afirmar que
- (A) o contribuinte do imposto é Flávio, cessionário, relativamente à cessão onerosa do direito real de usufruto de imóvel localizado no território do Município tributante.
 - (B) os contribuintes do imposto serão ambos os permutantes, no caso da permuta do rebanho ovino de Carolina, pelo rebanho suíno de Otávio.
 - (C) o único contribuinte do imposto será Antonio, relativamente à permuta de seu imóvel urbano pelo imóvel rural de Carlos, no caso de Carlos não pagar o imposto por ele devido, na qualidade de contribuinte.
 - (D) Cibele e Jurema são contribuintes, relativamente à permuta que realizaram, por meio da qual Cibele entregou três veículos de transporte de carga, e recebeu, em troca, o sítio que Jurema lhe entregou.
 - (E) Sérgio não é contribuinte do imposto, relativamente ao imóvel rural que adquiriu de Vanessa, por meio de contrato de compra e venda, porque a transmissão de bens imóveis rurais está sujeita ao ITR, e não ao ITBI.
-
56. As autoridades fiscais municipais, em visita a três imóveis localizados na zona urbana do Município, depararam com as seguintes situações: (1) no primeiro imóvel, encontraram um terreno limpo, no qual havia apenas um contêiner que abrigava, temporariamente, uma família de refugiados estrangeiros; (2) no segundo imóvel, encontraram apenas edificações condenadas, em razão de abalos sísmicos ocorridos na região; (3) no terceiro imóvel, encontraram terreno baldio, habitado por famílias nômades, vivendo em tendas há pouco mais de duas semanas. De acordo com a Lei municipal nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre IPTU no Município de Manaus,
- (A) todos os três bens imóveis são considerados edificados, para fins de tributação do IPTU.
 - (B) somente o primeiro bem imóvel é considerado edificado.
 - (C) somente o primeiro e o terceiro bens imóveis são considerados edificados.
 - (D) somente o segundo bem imóvel é considerado edificado.
 - (E) todos os três bens imóveis são considerados não edificados.
-
57. O Código Tributário Nacional estabelece que a lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário e, em seguida, arrola as hipóteses em que poderá ser concedida a remissão. Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Manaus estabelece, expressamente, as hipóteses em que a remissão pode ser concedida. De acordo com a referida Lei Orgânica, a remissão de créditos tributários poderá ocorrer em razão
- (A) do sujeito passivo ser portador de moléstia grave, assim reconhecida por órgão oficial competente e atestada por meio de laudo específico.
 - (B) da calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte.
 - (C) do erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
 - (D) do sujeito passivo ser idoso, com mais de 80 anos de idade.
 - (E) das considerações de equidade, relativamente às características pessoais ou materiais do caso.



58. O Código Tributário do Município de Manaus arrola algumas taxas que podem ser cobradas em razão da prestação de serviços pela municipalidade. De acordo com o referido Código, a taxa de
- (A) Vistoria será cobrada em decorrência da realização de vistorias técnicas em levantamentos diversos, ou em procedimentos de licenciamento e de análise de processos e projetos de natureza urbanística, sanitária e ambiental e a referida cobrança somente será efetuada quando da prestação efetiva dos serviços neles descritos aos contribuintes solicitantes.
 - (B) Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) será cobrada em decorrência da coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos exclusivamente domiciliares residenciais, de fruição não obrigatória, prestados em regime público.
 - (C) Expediente será cobrada em decorrência da prestação de serviços de tramitação de documentos pelas repartições públicas municipais, para efeito de simples encaminhamento ou formalização de processo, bem como apresentações de guias de recolhimentos, e incide, inclusive, sobre a formalização remota, não presencial, de processo administrativo eletrônico.
 - (D) Serviços em Cemitérios será cobrada em decorrência da prestação dos serviços oferecidos nos cemitérios públicos do município de Manaus, exceto em relação aos serviços de velório, de exumação de cadáveres ou de transladação do corpo para cemitério localizado fora dos limites do perímetro urbano do Município.
 - (E) Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) só poderá ser cobrada em decorrência da disponibilização efetiva dos serviços nele indicados e de sua efetiva utilização pelo sujeito passivo.

59. A Lei municipal nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, que dispõe sobre IPTU no Município de Manaus, estabelece que a falta de recolhimento parcial ou total deste imposto, apurada por procedimento administrativo fiscal, sujeita o contribuinte à multa por infração. De acordo com a referida Lei:

- I. O lançamento desta penalidade será efetuado isoladamente, quando o imposto tiver sido lançado de ofício, havendo conformidade das informações contidas no Cadastro Imobiliário Municipal com as características físicas do imóvel, na data da ocorrência do fato gerador desse tributo.
- II. Haverá incidência de juros moratórios sobre o valor do imposto, apenas quando o lançamento da penalidade for efetuado isoladamente, destacando-se o referido encargo quando do lançamento.
- III. O lançamento desta penalidade será efetuado conjuntamente com o imposto, quando verificada diferença positiva entre o valor do imposto devido e o lançado, mediante constatação da falta de conformidade das informações contidas no Cadastro Imobiliário Municipal com as características físicas do imóvel, na data da ocorrência do fato gerador desse tributo.
- IV. A multa por esta falta de recolhimento total ou parcial é de 25% do imposto não recolhido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II, III e IV.
60. Em abril de 2018, Márcio adquiriu a propriedade de imóvel residencial, sendo que o IPTU referente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 não tinha sido pago. O título aquisitivo da referida propriedade não trazia prova da quitação do referido imposto, nem mencionava nada a este respeito. Considerando que o fato gerador do IPTU, no caso, ocorre no dia 1^o de janeiro de cada exercício, e tendo em conta as normas do Código Tributário Nacional acerca da responsabilidade tributária, constata-se que
- (A) apenas o crédito tributário relativo ao IPTU devido em 2018 se sub-roga na pessoa de Márcio, tendo ocorrido a prescrição da responsabilidade em relação aos exercícios de 2016 e 2017, porque, entre as datas dos fatos geradores de 2016 e 2017 e a data da aquisição do imóvel por Márcio, transcorreram mais de 360 dias.
 - (B) os créditos tributários relativos ao IPTU devido em 2016, 2017 e 2018 sub-rogam-se na pessoa de Márcio.
 - (C) os créditos tributários relativos ao IPTU devido em 2016, 2017 e 2018 não se sub-rogam na pessoa de Márcio, porque o título aquisitivo da propriedade nada menciona a este respeito.
 - (D) apenas o crédito tributário relativo ao IPTU devido em 2018 se sub-roga na pessoa de Márcio, tendo ocorrido a prescrição da responsabilidade em relação aos exercícios de 2016 e 2017, porque, entre as datas dos fatos geradores de 2016 e 2017 e a data da aquisição do imóvel por Márcio, transcorreram mais de 180 dias.
 - (E) apenas os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos após a data da aquisição do imóvel por Márcio é que se sub-rogarão na sua pessoa.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 9: 9.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso para Técnico Fazendário, Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico em Web Design, de caráter habilitatório e classificatório, constará de duas questões dissertativas e/ou resolução de problemas e/ou caso prático, de Conhecimentos Específicos versando sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital. 9.4 A Prova Discursiva será avaliada em conformidade com os seguintes critérios: o domínio técnico do conteúdo aplicado, considerando as especificidades das questões propostas, a correção gramatical e a adequação vocabular, tendo em vista os mecanismos básicos de constituição do vernáculo e os procedimentos de coesão e argumentação. 9.6 Será atribuída nota zero à Prova Discursiva-Estudo de Caso que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) estiver em branco; d) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) fugir ao tema proposto. 9.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva, serão consideradas as normas ortográficas promulgadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. 9.8 Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.9 Para os cargos de Técnico Fazendário, Técnico de Tecnologia da Informação e Técnico em Web Design, a Prova Discursiva-Estudo de Caso será avaliada na escala 0 (zero) a 100 (cem), valendo 50 (cinquenta) pontos cada questão. 9.10 Considerar-se-á habilitado o candidato que obtiver nota maior ou igual a 30 (trinta) em cada uma das questões.

QUESTÃO 1

Considere as informações abaixo referentes a um software adquirido para a utilização pelos servidores de um ente público municipal para o desenvolvimento de suas atividades.

Em 26/09/2017, o ordenador de despesa do referido ente empenhou despesas, quais sejam:

- Empenho de despesa orçamentária no valor de R\$ 160.000,00 referente à aquisição de um software, não integrante de hardware, ou seja, que não necessita de um hardware específico para funcionar, para o uso interno por tempo indefinido pelo referido ente e classificado, conseqüentemente, como ativo de vida útil indefinida.
- Empenho de despesa orçamentária no valor de R\$ 3.000,00 referente a serviços de instalação e realização de testes para o funcionamento adequado do software.

Em 01/12/2017, o fornecedor disponibilizou o software para o uso do referido ente e o serviço de instalação e realização de testes foram prestados. Nesta mesma data, o ativo foi colocado em condições de uso e o ente público municipal iniciou a sua utilização. Ambas as despesas foram liquidadas em 01/12/2017 pelos valores totais dos empenhos emitidos em 26/09/2017 e, em 31/01/2018, os valores totais devidos aos fornecedores foram pagos.

Em decorrência da reorganização das atividades executadas pelo ente público municipal, o software precisou ser transferido para um novo local de uso, incorrendo no seguinte gasto referente à transferência:

- Empenho e liquidação de despesa orçamentária, em 01/08/2018, no valor de R\$ 1.200,00 com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica referente ao serviço da transferência do software para o seu novo local de uso. O serviço foi prestado em 01/08/2018 e a despesa foi paga, pelo valor total do empenho, em 15/01/2019.

Também em 01/08/2018, foi estabelecido o compromisso para a venda do software pelo valor total de R\$ 70.000,00 a ser concretizada em 31/07/2023. O compromisso para a venda do software foi estabelecido por meio de acordo contratual, sendo que o ente público municipal não possui a possibilidade de não vender o software. Além disso, o referido ente pretende utilizar o ativo até 31/07/2023. Sabe-se que nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o software.

Informação adicional: o ente público municipal utiliza o modelo de custo para a mensuração do valor do software após o seu reconhecimento inicial e o método linear para o cálculo da amortização mensal de tal ativo.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, responda:

- a. Em qual classe, grupo e subgrupo, respectivamente, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, quanto à natureza de informação patrimonial, foi realizado o reconhecimento inicial do software?
- b. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em qual data ocorreu o reconhecimento inicial do software no Balanço Patrimonial e por qual valor total? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- c. Qual o valor da amortização acumulada do software foi evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.
- d. Qual o valor total das variações patrimoniais diminutivas referente ao software foi evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício financeiro de 2018? Apresente os cálculos que justifiquem a sua resposta.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	



8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO



QUESTÃO 2

As Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda., empresa de tecelagem, está instalada em imóvel que se localiza inteiramente na área rural do Município "A", imóvel este que é cortado por um riacho, que acaba por atrapalhar muito a movimentação das mercadorias de um lado para outro lado da referida propriedade. Essa movimentação, durante muitos anos, teve de ser feita por meio de uma ponte localizada fora da propriedade.

Para acabar com este entrave e agilizar a movimentação das mercadorias dentro da área da empresa, as Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda. decidiram construir, a suas próprias expensas, dentro do imóvel onde se localiza a empresa, uma ponte robusta, ligando ambos os lados. Trata-se de uma obra de construção civil de porte considerável.

Para alcançar esse desiderato, contrataram a Construtora Demétrio Coriolano S/A, empresa de construção civil com estabelecimento único, localizada no Município "B", a qual foi incumbida de realizar a obra toda, inclusive fornecendo os materiais necessários para a prestação do referido serviço de construção civil.

De acordo com o orçamento feito, o preço total da obra seria de R\$ 2.500.000,00, sendo R\$ 1.500.000,00 referentes aos materiais fornecidos pela construtora e R\$ 1.000.000,00 referentes ao serviço prestado.

Com base nessas informações, no Código Tributário Nacional e na Lei Complementar nº 116/2003, responda, apresentando fundamentos de fato e de direito, as seguintes perguntas:

- a. Considerando que a referida ponte aumentará o valor do imóvel em que se localiza a empresa Indústrias Reunidas Eufrásia Fátima Ltda., é possível instituir e cobrar contribuição de melhoria em decorrência da obra realizada?
- b. Em qual Município o serviço é considerado prestado e a qual Município o ISSQN é considerado devido?
- c. Quem é o contribuinte do ISSQN devido?
- d. Há responsável tributário pelo ISSQN devido? Em caso afirmativo, quem é ele?
- e. Qual é o valor da base de cálculo do ISSQN?
- f. A carga tributária do ISSQN poderá ser de apenas 1,5%?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	



22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO